



ATA SEI



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE **CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - COMDEMA**

O Presidente do Comdema Conselho Municipal do Meio Ambiente, faz saber: O Comdema constitui colegiado autônomo, de caráter permanente, consultivo, deliberativo e normativo do Sismmam - Sistema Municipal de Meio Ambiente ([Lei nº 5712, de 19 de dezembro de 2006](#)), organizado para cumprimento de sua competência legal, conforme Regimento Interno ([Decreto 53.451, de 27 de fevereiro de 2023](#)) e suas atualizações, e, conforme o Código Municipal do Meio Ambiente, ([Lei Complementar nº 29, de 14 de junho de 1996](#)).

Ata da Reunião Ordinária do Comdema Conselho Municipal do Meio Ambiente realizada em 05/04/2023.

No quinto dia do mês de abril do ano dois mil e vinte e três, às dez horas, reuniu-se o Comdema Conselho Municipal do Meio Ambiente em Sessão Plenária Ordinária presencial, realizada nas dependências da ACIJ Associação Empresarial de Joinville, na Av. Aluísio Pires Condeixa, 2550 - Saguauçu, Joinville, Estado de Santa Catarina. [Estiveram Presentes](#) os Conselheiros ([Decreto 53.364, de 23 de fevereiro de 2023](#)) e suas atualizações, [mandato](#) de 01/03/2023 à 28/02/2025: Fábio João Jovita, da SAMA; Leticia Panaro Lunardi, da ACIJ; Samir Alexandre Rocha, da SECULT; Jonas de Medeiros, do ROTARY; Francisco Maurício Jauregui Paz, do SINDUSCON; Andressa Salgueiro Baigorria, da OAB; Cristina Jandrey Silva, da ALOJ; José Mário Gomes Ribeiro, do CHBB; Ana Luisa Rizzatti da Costa, da SAMA; Bianca Goulart de Oliveira Maia, da UNIVILLE; Lucas Peres Farias, da SES; Amilcar Nicolau Pelaez, do SINDSERRARIA; Luis Rogério Pupo Gonçalves, da SEPUR; Cláudia Márcia Lima Carvalho Santos, da SEINFRA; Fernando Belinzoni de Carvalho, da AEA Babitonga; Marta Beatriz Maccarini, do IMA; Rafael Cristiano Wolter, do CREA; Tarcísio dos Santos Macário de Oliveira, da ISARP; Rodrigo Luis da Rosa, do CEAJ; Troy Roger Lemke, da SDE.UDR; Valquiria Viviani Rodrigues Backes Forster, da SAS; Anderson Florenço, do SECOVI; Maiko Alexander Bindemann Richter, da SEPROT; Rafael Ribeiro, da SAP; Vanilson Marcelino Costa, da SED; Virgínia Grace Barros, da UDESC; e, Osmar Leon Silivi Junior, da SEHAB. Demais participantes e ouvintes também se fizeram presentes, cujo os nomes serão lançados nessa Ata, juntamente com a anexação da lista de presença dos Conselheiros, mencionando: José Augusto de Souza Neto, da SAMA; Danielle de Souza, da SAMA; Cristina Henning da Costa, da SAMA; Eder Corbari, do CREA; Daniel Resende Corrêa, do IMA; Carolina Gonçalves Mole, do Joinville Lixo Zero; Arthur Rancatti, do Joinville Lixo Zero; Fábio Elling Schaden, da AEA BABITONGA; Odilon Amado Júnior, da ABETRE; e, Luisa Helena Jordan, do OSB-Joinville. Na reunião foram desenvolvidos os seguinte assuntos pautados na convocatória: **1) Aprovação da Ata Reunião 01/03/2023; 2) Plano de Manejo - Parque Rolf Colin; 3) Apresentação Atividades Unidade de Desenvolvimento e Gestão Ambiental; 4) 1ª Conferência Municipal de Meio Ambiente e Saneamento Básico, Andamentos; e, 5) Sugestões de Pauta e Palavra Livre. Pauta 1) Aprovação da Ata Reunião 01/03/2023:** O Presidente do Comdema Fábio João Jovita cumprimentou a todos, agradeceu suas presenças e após a verificação do quórum regimental deu início a reunião, questionando aos Conselheiros se todos

receberam a ATA encaminhada via *e-mail*, ao que, indagou se existem quaisquer contribuições ou manifestações. A Conselheira Cristina Jandrey Silva, da ALOJ informa que solicitou que fosse alterado o questionamento que realizou na última reunião referente as microbacias, solicitando detalhamento. O Presidente Fábio Jovita acata e informa que será detalhado na respectiva ATA as manifestações solicitadas pela Conselheira. Não havendo mais manifestações ou considerações foi colocada em votação a ATA da reunião do dia 01/03/2023, sendo aprovada por unanimidade de votos dos Conselheiros. **Pauta 2) Plano de Manejo - Parque Rolf Colin:** O Presidente do Comdema, Fábio Jovita questiona se todos os Conselheiros receberam o Plano de Manejo da Unidade de Conservação - Parque Ecológico Prefeito Rolf Colin encaminhado via *e-mail*, ao que todos manifestaram o recebimento do material. Ato seguinte, o Presidente do Comdema, Fábio Jovita cede a palavra para Eng^a Cristina Henning da Costa, da SAMA, que cumprimenta a todos, agradece pela oportunidade e explana que no ano de 2020 foram iniciados os trabalhos do referido Plano de Manejo, realizado em parceria com a equipe da Companhia Águas de Joinville que forneceu apoio técnico para avaliação dos produtos. O cronograma inicial teve duração de 10(dez) meses e a empresa contratada conseguiu cumprir o cronograma entregando os produtos que possuíam o objetivo de proteção e conservação, com seus devidos ajustes e verificação para posterior aprovação. O Parque Rolf Colin já tinha um desenho inicial e grande, pois seguiu o relevo da bacia de contribuição para que não ocorresse recorte no mapa. A conservação dos recursos naturais da região era uma preocupação do Poder Público antes mesmo da criação do Parque Ecológico Prefeito Rolf Colin (PEPRC) no ano de 1955, com a inauguração da Estação de Tratamento de Água no Rio Pirai (ETA-Pirai). Consoante à característica da atividade, o local era mantido em seu estado natural, visando garantir a qualidade da água captada. No ano de 2021, foi realizada licitação pública para a elaboração do Plano de Manejo. Este foi realizado tendo como referência o “Roteiro Metodológico para Elaboração e Revisão de Planos de Manejo das Unidades de Conservação Federais”, elaborado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio, 2018) e Termo de Referência para contratação de empresa especializada na realização de estudos técnicos para elaboração do Plano de Manejo do PEPRC. Os componentes fundamentais são as peças principais do Plano de Manejo e incluem a declaração do propósito da UC, as declarações de significância, bem como os recursos e valores fundamentais. Esses componentes são fundamentais porque geralmente não mudam com o tempo e devem ser considerados como base para planos e esforços de manejo futuros (ICMBio, 2018). O Parque está localizado em área com vegetação densa, pertencente ao Bioma Mata Atlântica, onde se localizam as nascentes do Rio Pirai, com características de relevo montanhoso com altas declividades e mata atlântica preservada, sendo de vital importância para a produção de água na região, proporcionando ao município de Joinville um bom potencial hídrico. Cristina Henning informa que assim como o regime pluviométrico é importante para o abastecimento dos mananciais, as nascentes também contribuem no ciclo hidrológico e têm papel fundamental na disponibilidade hídrica da região, a preservação dessas nascentes é de grande importância, pois se não houver proteção, a vazão de água disponível será reduzida, prejudicando a qualidade e o volume da mesma, assim afetando toda vida aquática, os seres que dependem dela para sobreviver e também os seres humanos que a utilizam para consumo, abastecimento e irrigação. O objetivo principal é a preservação daquele habitat que existe ali, e dentro do Plano de Manejo se trás um diagnóstico baseado muitas vezes em dados secundários e se busca em campo os dados primários, com as informações coletadas se redige o documento, e nesse Plano de Manejo a primeira coisa que se traz é um resumo com todas as informações pertinentes. Acrescenta que existem os objetivos de pesquisa, fiscalização e previsão de licitação. Das atividades de ofício notificadas até o momento são a caça e a subtração, tanto de espécies animais, como vegetais (ex.: palmito), sendo que em algumas vistorias em conjunto foram identificados alguns cortes não tão recentes, porém existentes. Na zona de diferentes interesses públicos contém áreas ocupadas por empreendimentos de interesse social, necessidade pública, utilidade pública ou soberania nacional, cujos usos e finalidades são incompatíveis com a categoria da Unidade de Conservação ou com os seus objetivos de criação, objetivo geral do manejo é permitir o uso de interesse social (abastecimento de água para consumo humano) sem que haja interferência na preservação ambiental da UC. A Zona de Diferentes Interesses Públicos (ZDIP), compreende 1,17 % da área da UC, engloba porção sudoeste da UC, 0,21 km² onde encontra-se a ETA Pirai. Cristina Henning reporta que na zona de amortecimento, de acordo com o relatório das Oficinas de Planejamento Participativo (OPPs) foi reforçada a informação de que todas as ações e atribuições construídas para o PEPRC em seu plano de manejo e instrumentos legais (Decreto), apenas e tão somente tem aplicação em sua área delimitada, sendo seu entorno - Zona de Amortecimento (ZA) permanece sem nenhuma alteração, uma vez que já há um zoneamento da APA Serra Dona Francisca. O objetivo geral da ZA é minimizar impactos e ordenar o uso e ocupação das atividades antrópicas geradas na região do entorno do Parque Ecológico Prefeito Rolf Colin, de forma a diminuir suas consequências sobre a UC. Cristina também informa

que existem planejamentos para a realização do trabalho com o plano de manejo e o plano de gestão e supervisão ambiental é de grande importância, visto que a atividade de gestão implica na construção de um modelo cooperativo entre os diversos níveis e setores do governo, e deste com a sociedade, e para se viabilizar a gestão ambiental do PEPRC é fundamental a estruturação e a implantação de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) que inclua estrutura organizacional, atividades de planejamento, definição detalhada de responsabilidades, práticas, procedimentos, indicadores e processos, bem como dotação de recursos, de forma a desenvolver, colocar em prática, atingir, analisar criticamente e manter uma determinada política ambiental pré-definida para a gestão do Parque Ecológico. Dentro do plano de visitação e educação ambiental existe o objetivo de desenvolver o plano de visitação, com controle de acesso de visitantes e estudo da capacidade suporte para visitação: ecoturismo e educação ambiental; mediante a aplicação de método reconhecido. Cristina finaliza agradecendo a todos e informando que o documento está disponibilizado no setor da SAMA.UGA, e caso os Conselheiros tenham dúvidas está a disposição para ser retirado. O Conselheiro Fernando Belinzoni de Carvalho, da AEA Babitonga questiona se pode ser levado em consideração ou algum estudo posterior referente a possível duplicação da Rodovia SC-418, o impacto que pode ocorrer na borda da zona de amortecimento, ao que Cristina responde que qualquer empreendimento que demande estudo ambiental é consultado o Órgão Gestor da UC, e será verificado se a influência foi direta ou indireta, que cause impacto sobre fauna, vegetação de borda e demais questões que possam prejudicar. O Presidente do Comdema, Fábio Jovita manifesta que possui uma dúvida também, pois existem alguns processos em andamento na Secretaria de Habitação referente a regularização fundiária de algumas áreas, inclusive o Plano de Manejo da APA Serra Dona Francisca está em revisão para considerar e regularizar ou não as áreas, mas o estudo está sendo feito para isso, e questiona se a Zona de Amortecimento já estão sendo pensadas para comportar essas regularizações fundiárias. Cristina informa que não será o Parque Rolf Colin que eventualmente causará algum impedimento a regularização fundiária, o que será constatado diretamente no Plano de Manejo da APA Serra Dona Francisca. Sem demais manifestações, o Presidente do Comdema, Fábio João Jovita coloca em votação a anuência do Conselho em relação ao Plano de Manejo da Unidade de Conservação - Parque Ecológico Prefeito Rolf Colin, tendo sido anuído por maioria de votos dos Conselheiros. **Pauta 3) Apresentação Atividades Unidade de Desenvolvimento e Gestão Ambiental** : O Presidente do Comdema, Fábio Jovita dá continuidade à pauta proposta e questiona quem irá realizar a apresentação. O Secretário dos Conselhos, José Neto informa que a Conselheira Magda Cristina Villanueva Franco, da SAMA é quem iria realizar a apresentação da pauta, porém estava de atestado médico por ter contraído dengue. O Presidente do Comdema, Fábio Jovita transfere para a próxima reunião plenária, a pauta sobre as Atividades da Unidade de Desenvolvimento e Gestão Ambiental. **Pauta 4) 1ª Conferência Municipal de Meio Ambiente e Saneamento Básico, Andamentos** : O Presidente do Comdema, Fábio Jovita transfere para a próxima reunião plenária, a pauta sobre a Conferência Municipal, tendo em vista que a Conselheira Magda Cristina Villanueva Franco, da SAMA se encontra de atestado médico por ter contraído dengue. **Pauta 5) Sugestões de Pauta e Palavra Livre**: O Presidente do Comdema, Fábio Jovita, questiona se os Conselheiros possuem sugestões de pautas, ao que não havendo manifestações, cede a palavra para a Dr^a Carolina Gonçalves Mole, do Joinville Lixo Zero que cumprimenta a todos, agradece pela oportunidade e dá continuidade na explanação da Agenda do Coletivo para estimular a participação dos Conselheiros. Informa que na semana passada houve um evento da Atitude Cidadã onde o Coletivo deu títulos a algumas empresas, iniciativas e pessoas físicas que trouxeram táticas de Lixo Zero, e nesse mês de abril terá um encontro com várias professoras no Auditório da Tigre, no dia 29/04 e em agosto começa a organização para demais agendas do Lixo Zero. Dr^a Carolina Mole repassa a palavra para Arthur Rancatti, também integrante do Joinville Lixo Zero que cumprimenta a todos, agradece pela oportunidade e inicia sua fala reportando sobre o Projeto da Unidade de Recuperação Energética que está sendo instalada no Aterro Sanitário de Joinville, e se trata de uma Unidade que o Coletivo teve conhecimento dessa ação, no mês de novembro de 2022. Em dezembro de 2022 houve uma conversa com o Prefeito Adriano, na qual foi dialogado sobre referido Projeto e existiram muitas dúvidas sobre o equipamento que está sendo instalado em nossa cidade, sendo que dentro da Política Nacional de Resíduos Sólidos a prática de queima de resíduos e recuperação energética de resíduos como última forma de tratamento ao material, é desafiador para o Coletivo Lixo Zero tratar e falar do tema, pois são anos de estudos e em alguns locais do mundo é vista como uma tecnologia que está se tornando obsoleta, e já se visualiza como algo que não soluciona a questão de resíduos. Arthur reporta que em toda questão de recuperação energética aparentemente seria uma solução trazer esse equipamento, porém surgem vários questionamentos: o fato de queimar lixo deseduca a população quanto a separação, então é uma das primeiras questões que acedem um alerta ao Coletivo Joinville Lixo Zero; questão que envolve um alto investimento no equipamento, e outras questões técnicas. Arthur informa que em razão

desse contexto, o Coletivo Joinville Lixo Zero enviou uma carta no dia 06/02/2023, destinando às Secretarias e ao Gabinete do Prefeito, com alguns questionamentos de como fazer a gestão de resíduos de Joinville ser mais eficiente e inteligente, informa que o prazo de retorno seria até Março, porém até o presente momento não obtiveram nenhuma resposta às suas sugestões e indagações propostas. Diante dessa situação, Arthur Rancatti entrega nesse momento, em mãos do Presidente do Comdema, Fábio João Jovita a carta supramencionada pois restaram muitas questões que deixaram o Coletivo Joinville Lixo Zero a pensar, sendo certo que acreditam que existem outras formas de ser feito o trabalho, visto que o investimento é bem alto. Arthur manifesta que trouxe essa Pauta ao Conselho pois é o lugar mais competente para se falar sobre a questão e acredita que o objetivo do Coletivo Joinville Lixo Zero seja o mesmo que do Conselho. O Presidente do Comdema, Fábio Jovita, recebe a Carta das mãos de Arthur Rancatti e informa que será encaminhada ao Conselho Municipal de Saneamento Básico que trata do Plano de Resíduos, e acrescenta que também será encaminhada à Administração Pública referente a consulta feita ao Conselho de Meio Ambiente, para que manifeste uma devolutiva aos questionamentos da matéria proposta. Palavra aberta à Plenária, a Conselheira Andressa Baigorria, da OAB, questiona se essa matéria poderia se tornar uma Pauta do Comdema, ao que o Presidente Fábio Jovita informa que poderia, se for compreendido que se trata de um assunto ambiental, mas primeiramente torna-se necessário entender o que a Gestão e a Administração Pública irão responder. O Conselheiro Francisco Maurício Jauregui Paz, do Sinduscon se manifesta sobre a afirmação de "deseducação da sociedade" pois deixariam de reciclar, relatando que para o tratamento térmico só são destinados resíduos que não são recicláveis, ou seja, esse problema não haveria porque a sociedade precisa continuar reciclando. Arthur, do Coletivo Lixo Zero informa que a sociedade não recicla e vai continuar enviando mais de 90% para o Aterro Sanitário. O Conselheiro Mauricio Jauregui reforça que nessas Usinas entram apenas materiais não recicláveis, isso está em norma, e provavelmente a Usina possui licenciamento e tem que atender as normas previstas; se existe um problema de que a sociedade recicla pouco e precisa reciclar mais, tudo bem, porém a Usina Térmica não irá prejudicar isso. O Presidente do Comdema, Fábio Jovita acrescenta que deveria ser incentivado que recicladores informais se registrassem e se regularizassem junto à Administração Pública, pois as Associações estão lotadas de materiais, e seria interessante a criação de uma política de regularização dos informais. Não é possível permitir que a Empresa Ambiental leve a coleta de recicláveis aos informais, e trazê-los para a regularização ajuda no processo e entendimento de suas necessidades. O fato de regularizar permitirá uma diminuição de recicláveis no aterro, podendo ser trabalhada a educação ambiental para que as pessoas saibam que terá um lugar próprio para o descarte do resíduo. O Conselheiro Rafael Cristiano Wolter, do CREA se manifesta no sentido que esse acréscimo de material provavelmente já são fruto das ações de conscientização da população, porém não é possível absorver esse material hoje no sistema atual. Arthur, do Coletivo Lixo Zero informa que a maior dificuldade das Cooperativas é a esteira, e estamos falando de uma população de 600(seiscentos) mil habitantes, com apenas 7(sete) Cooperativas legalizadas, e com estrutura precária. A Conselheira Ana Luisa Rizzatti da Costa, da SAMA informa que tem esteira nas Cooperativas, e o Presidente do Comdema Fábio Jovita reporta que se o gargalo do problema for a falta de esteira, é possível encontrar maneiras de auxiliar e modificar o pensamento para encontrar a solução, tudo tem que ser realizado em conformidade com uma política planejada e organizada. A Conselheira Virginia Grace Barros, da UDESC diz que sem dúvida é necessário conhecer primeiro o Projeto para podermos questionar de forma mais pertinente, e principalmente quando se fala de incineração de resíduos existe muita preocupação com as questões atmosféricas, pois é algo que precisa ser verificado e possui grande importância, e como não se conhece o Projeto não temos como falar muito sobre coletores clandestinos. Existem uma série de problemas relacionados com eles que deveriam ser verificados realmente. Arthur, do Coletivo Lixo Zero conclui manifestando que a preocupação existe com a deseducação da população de Joinville e concorda com a regularização dos coletores informais, alertando que é necessário material e espaço para realizar as atividades. A Conselheira Ana Luisa Rizzatti da Costa, da SAMA informa que existem 8(oito) galpões na Cidade com autorização ambiental, e a Secretaria de Assistência Social realiza acompanhamento, disponibilizando cursos e palestras sobre empreendedorismo, saúde do trabalhador e demais informações pertinentes. Ana expõe a dificuldade social encontrada no convencimento de regularizar os coletores clandestinos. Luisa Jordan, do OSB manifesta preocupação com os imóveis abandonados da cidade, que servem de local de apoio aos coletores clandestinos, muitas vezes andarilhos, criando vetores nesses locais inclusive mosquitos transmissores da dengue. O Conselheiro José Mário, do CHBB, expôs que há cerca de três anos empreendeu viagem para avaliar tecnologias de geração de energias limpas (biomassa, eólica, fotovoltaica e lixo). Verificou usinas operando com lixo doméstico na Alemanha, e em Viena observou no centro da cidade uma usina de geração de energia elétrica a partir do lixo, explicando sua operação e a estrutura para tratamento dos gases poluentes. Arthur, do Coletivo Lixo Zero replica que esse modelo não

seria cabível aqui no Brasil. O Conselheiro Rafael Wolter, do CREA complementa que na Alemanha o gerador de lixo doméstico paga pelo volume gerado. Odilon Amado, da ABETRE, esclarece que as usinas de incineração são procedimentos usuais em todo o planeta, e em particular em Santa Catarina há uma Resolução do Consema N° 190 que estabelece claramente quais os controles das emissões atmosféricas, e que empreendimentos do porte do Projeto citado são passíveis de licenciamento, não havendo que se falar em riscos ambientais. Em termos mundiais os países que tem processo de incineração de resíduos, ocorrem por falta de área para aterro, sem que esse processo afete os níveis de reciclagem de resíduos. Odilon assevera que reciclar não é somente separar, mas sim separar o resíduo que tenha interesse econômico, e que há um custo nessas operações, sendo que a cadeia de reciclagem tem que estar completa. Os coletores informais separam somente o que tem valor comercial, refugando o que não interessa, que é classificado como inservível e é destinado ao aterro. Por que, então, não recuperar seu potencial energético? - indaga Odilon, que também manifesta que a estrutura das Cooperativas devem ser industriais, e organizadas de maneira ordenada, realista. Odilon conclui que um Projeto de incineração não deve ser condenado por princípios, mas ser analisado criteriosamente. Arthur, do Coletivo Lixo Zero assevera que o ponto de atenção do Coletivo é no valor do investimento realizado na tecnologia e em quanto outras frentes que sustentam essa cadeia estão sendo deixadas à margem; o que a maioria das pessoas fazem é separar o reciclável e o orgânico. Esse orgânico não deveria ser chamado de rejeito, pois estão sendo encaminhados restos de comidas com nutrientes para o aterro e sua queima irá tornar a água e o solo cada vez mais pobres. Arthur agradece a oportunidade de poder participar e acrescenta que resíduo é um tema complexo que envolve diversas discussões. Sem mais manifestações, o Presidente do Comdema agradece a presença de todos declarando encerrada a reunião ordinária às 11h50, sendo extraída a presente ATA, a qual foi lavrada pela Secretária do Conselho e assinada pelo Presidente do Comdema, Fábio João Jovita, após aprovação dos demais Conselheiros.

Fábio João Jovita
Presidente do Comdema

Danielle de Souza
José Augusto de Souza Neto
Unidade de Apoio aos Conselhos

**A gravação em áudio desta reunião se encontra arquivada na Unidade de Apoio aos Conselhos (SAMA.UAC)



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Joao Jovita, Secretário (a)**, em 09/05/2023, às 10:14, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0016529529** e o código CRC **BA1F94CA**.

Rua Dr. João Colin, 2.719 - Bairro Santo Antônio - CEP 89218-035 - Joinville - SC -
www.joinville.sc.gov.br

23.0.008096-0

0016529529v101
0016529529v101